

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS: TRAJETÓRIA DE UM CONCEITO

Por:

Renato Tarciso Barbosa Sousa

renasou@unb.br

Professor Adjunto - Curso de Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UnB

Especialista em Organização de Arquivos pela USP

Mestre em Biblioteconomia e Documentação pela UnB

Doutor em História Social pela USP.

Resumo

Estudo sobre a trajetória do conceito de classificação de documentos arquivísticos. Buscou-se a compreensão do seu desenvolvimento na literatura e no pensamento arquivístico. Trabalhou-se com a idéia de que a classificação em Arquivística é caracterizada, por um lado, pela quantidade cada vez maior de documentos acumulados pelas instituições e, por outro, pela necessidade de fundamentar as soluções de organização e recuperação dos registros documentais nos princípios consagrados internacionalmente. Os vários momentos da classificação de documentos arquivísticos refletem, muitas vezes, o clima epistemológico da época em que foram criados e aplicados.

Palavras-chave: classificação de documentos arquivísticos – Arquivística - Arquivologia.

Archival documents classification: trajectory of a concept

Abstract

Study on the trajectory of the concept of archival classification. It searched understanding of its development in literature and the archival thought. That worked with the idea of the classification in Archival Science is characterized, on the other hand, for the amount each bigger record time accumulated for the institutions and, for another one, for the necessity to base the solutions of organization and recovery of the documentary registers on the principles consecrated internationally. The some moments of the archival classification reflect, many times, the climate of the time where they had been created and applied.

Key-words: Archival Science, Archivology, classification of archival documents

Introdução

Este texto é dedicado à compreensão do desenvolvimento do conceito de classificação na literatura e no pensamento arquivístico. Os vários momentos da classificação de documentos arquivísticos refletem, muitas vezes, o clima epistemológico da época em que foram criados e aplicados. O percurso feito buscou, também, apresentar a discussão sobre problemas terminológicos, que ultrapassam, comumente, a questão da língua e enveredam por diferenças conceituais e de tradições arquivísticas. Em seguida, foram apresentadas as definições do conceito a partir das escolas de pensamento arquivístico e discutidas as suas principais características. Por fim, delimitamos o problema e apontamos alguns caminhos a serem seguidos.

O nosso foco não foi a descrição do desenvolvimento do saber arquivístico sobre classificação, mas a investigação das bases teóricas e metodológicas desse processo. A descrição serviu como instrumento dessa investigação, não foi um fim em si mesmo. Procuramos os princípios, os requisitos e os fundamentos, pois empiricamente podemos afirmar que as bases do processo classificatório em Arquivística são intuitivas. Estão, como diz Dahlberg, ainda no *status* da arte.

Os princípios de respeito aos fundos e da ordem original, fundamentos caros à classificação em Arquivística, foram tratados, neste texto, apenas de forma transversal, isto é, identificou-se seu nascimento e as repercussões no pensamento e na prática dessa disciplina do conhecimento humano.

A guisa de uma história das classificações de documentos arquivísticos

A organização dos documentos tem sido um dos grandes temas da Arquivística contemporânea. Podemos abordá-lo a partir de dois aspectos. O primeiro refere-se aos grandes volumes de documentos acumulados diariamente pelas organizações, que exige uma maior sofisticação dos esquemas de classificação. O segundo aspecto vincula-se ao desenvolvimento teórico da organização de documentos arquivísticos. E é o aparecimento do princípio de respeito aos fundos o fator desencadeador de uma profunda mudança na disciplina Arquivística e no instrumental teórico-metodológico. Portanto, a

classificação em Arquivística passa a ser moldada, por um lado, pela quantidade cada vez maior de documentos acumulados (produzidos ou recebidos) pelas instituições e, por outro, pela necessidade de fundamentar as soluções de organização e recuperação dos registros documentais nos princípios consagrados internacionalmente.

Podemos considerar, grosso modo, dois grandes períodos na história das classificações de documentos arquivísticos. O primeiro, que percorre da Antiguidade até o século XIX, e outro do século XIX até nossos dias. O marco da passagem é, sem dúvida nenhuma, o estabelecimento dos princípios de respeito aos fundos e da ordem original. Não são períodos estanques, isto é, práticas do primeiro período podem e são encontradas no segundo. A organização dos arquivos fundamentada no princípio de respeito aos fundos só foi consolidada em meados do século XX. O reconhecimento da importância dos princípios fundamentais da classificação dos arquivos nem sempre se consolidou em uma prática. A história registra e testemunha esse fato.

O primeiro período da história das classificações de documentos arquivísticos

Schellenberg (1973, p. 75) inicia um dos capítulos de seu clássico *Arquivos modernos. Princípios e técnicas* com a seguinte afirmação “desde que se começou a registrar a história em documentos, surgiu para o homem o problema de organizá-los”. Silva *et al.* (1999, p. 28), nessa mesma linha, esclarecem que “na realidade, ao longo dos tempos, o Homem sempre teve necessidade de organizar os registros da sua atividade e de criar meios eficazes para aceder ao respectivo conteúdo”.

Embora o aumento da quantidade de documentos ocorresse no mesmo ritmo do desenvolvimento das instituições e das relações sociais, as obras que tratavam dos princípios e das práticas de classificação apareceram, na Europa, somente mais tarde. (HÉON, 1999, p. 220).

Segundo Duranti (1995, p. 4-5), a partir do século XVI, os métodos de ordenação passaram a basear-se nas funções que produziam documentos. Jacob von Rammingen propôs os seguintes agrupamentos primários dentro dessa perspectiva: documentos relacionados aos assuntos de soberania territorial; documentos relacionados com assuntos internos e documentos relacionados com assuntos externos. Cada

agrupamento primário era dividido em dois grupos: documentos relacionados com assuntos gerais e documentos relacionados com casos de pessoas ou instituições.

As grandes concentrações de arquivos provocaram o primeiro golpe no sistema tradicional. O agrupamento de acervos de origens variadas num mesmo depósito atinge proporções inusitadas, inclusive em entidades não governamentais.

Historicamente, o conceito de classificação em Arquivística começa a aparecer na literatura a partir do século XVII com o surgimento dos primeiros manuais com normas escritas. (SILVA *et al.*, 1999, p. 205-208). Os primeiros elementos de uma doutrina nesta área podem ser encontrados, de acordo com Duranti (1995, p. 9), no último volume da obra intitulada *De Re Diplomática*, de Jean Mabillon, publicada em 1681. Tratava-se de um método sistemático de investigação para determinar os fatos e eventos nos quais os documentos se inseriam e não noções sobre organização ou descrição.

Rousseau e Couture (1998, p. 49) esclarecem que a classificação dos documentos foi objeto de muitas tentativas. Para agrupar os documentos utilizaram-se, ao mesmo tempo, locais, formas simbólicas, divisões por tipos de documentos ou por assuntos, a estrutura ou funções e atividades da instituição. Os arquivos dos Países Baixos, por exemplo, foram organizados por títulos, tais como: “espada, adaga, florete”. Em seguida, outra classificação compreendia as seguintes grandes divisões: “Moisés, Jetro, Josué”. Os arquivos do ducado de Uzès eram agrupados por meio de séries: Privilégios da Cidade; Direito dos Senhores; Assuntos Militares.

As classificações eram elaboradas, nesse período, em bases metódicas e com certa preferência pela ordenação cronológica. Propostas isoladas apontavam, em 1622, para uma classificação dos conjuntos documentais por origem. A Revolução Francesa trouxe à tona a existência de um arquivo central do Estado, que provocou, em um primeiro momento, conseqüências desastrosas com a reordenação metódica dos documentos por meio de classificações anti-naturais, que adulteraram a organicidade original. (SILVA *et al.*, 1999, p. 206).

A concentração dos arquivos trouxe de volta a discussão sobre a organização dos documentos. As formas tradicionais foram colocadas à prova nesse novo cenário.

Duchein cita, inclusive, o exemplo francês. Quando da criação dos Arquivos Nacionais foram reunidos em um mesmo depósito documentos do Tesouro de Cartas Reais, arquivos do Parlamento de Paris, das abadias e conventos da região parisiense, dos ministérios do governo real, dos príncipes emigrados e, em seguida, os provenientes das novas assembléias e administrações criadas pela Revolução Francesa. Os primeiros diretores dos Arquivos Nacionais elaboraram um plano para tratar todos esses acervos de variadas proveniências como um único conjunto dividido em cinco seções metódico-cronológicas: seção legislativa para os documentos das assembléias revolucionárias, seção administrativa para aqueles dos ministérios, seção dominial para os títulos de propriedade do Estado, seção judiciária para os documentos de tribunais e a seção histórica. Esta última foi constituída de documentos arbitrariamente considerados de valor histórico selecionados das seções anteriores. Os documentos da seção histórica foram ordenados por “local, reinados etc., de tal forma que, na maioria dos casos, tornou impossível determinar sua origem, ficando tudo profundamente misturado e disperso”. (DUCHEIN, 1986, p. 15).

A classificação temática adotada refletia, em parte, o que estava ocorrendo com outras áreas do conhecimento humano. Os grandes sistemas de classificação científica (Zoologia, Botânica e Química), que influenciaram a organização dos livros em bibliotecas, também tiveram uma grande repercussão nos arquivos. Os conjuntos documentais passaram a ser usados como fontes de pesquisa para a História e o documento, na ótica desse tipo de investigação, era considerado pelo seu conteúdo informacional, isto é, por seu valor intrínseco, independente de seu contexto.

A classificação, até as primeiras décadas do século XIX, era elaborada sem levar em conta a origem administrativa dos documentos. Considerava-se como um conjunto único a grande massa documental reunida no Arquivo Nacional francês. Segundo José Maria Jardim e Maria Odila Fonseca (1992, p. 34), isso era reflexo da ótica historiográfica predominante à época. O documento era considerado por seu valor informativo, independentemente de seu contexto gerador.

O segundo período da história das classificações de documentos arquivísticos

A criação das escolas arquivísticas e os sucessos da Revolução Francesa mudaram completamente a direção em que se desenvolvia a Arquivística. A declaração dos documentos da nação francesa como propriedade pública, abertos aos cidadãos para consulta, determinou a proliferação de legislação e regulamentações dirigidas a proteger o contexto documental. Entre 1812 e 1857 promulgaram-se leis em Nápolis, Holanda e França que prescreviam a necessidade dos arquivos de um criador, isto é, uma pessoa ou instituição que produz ou recebe documentos no curso de sua atividade, de serem mantidos separados dos arquivos de outro criador e guardados na mesma ordem na qual estavam quando funcionavam seus criadores. (DURANTI, 1995, p. 8).

É durante essa época que começam as discussões sobre os princípios de base da classificação dos arquivos. As classificações eram elaboradas a partir de critérios cronológicos (determinações de períodos) e metódicos (assuntos ou matérias) influenciados pelas classificações científicas estabelecidas em outras áreas do conhecimento humano, como dito anteriormente.

Na França, em 1841, elaboram-se os princípios que iriam presidir os fundamentos da Arquivística moderna. Tratava-se do princípio de respeito aos fundos, que consiste em manter agrupados, sem misturá-los a outros, os arquivos provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica. (DUCHEIN, 1986, p. 14).

A partir do século XVIII, na Itália, os documentos passam de uma organização por séries (espécies documentais) para uma baseada em uma tabela ou quadro de classificação, que ficou conhecido como *titolario*. Esse instrumento era elaborado a partir das funções da instituição, quer dizer, segundo as matérias de sua competência, com uma série de subdivisões representadas por símbolos (notações) alfanuméricos. A unidade de base, nesse sistema, é o fascículo (dossiê), que reunia toda a documentação relativa a um assunto tratado, independentemente da forma (espécie) que assumia a documentação. (LODOLINI, 1993, p. 90-93). O *titolario* era um quadro de classificação abstrato, construído

a partir da análise das funções de uma entidade e do *iter* burocrático dos assuntos de sua competência, esclarece Carucci (1994, p. 74).

A preocupação pela classificação de fundos somente teve início, na Espanha, a partir dos séculos XVIII e XIX. Até então eram aplicados os princípios das bibliotecas e outras vezes os pontos de vista dos historiadores (critério temático). Em meados do século XIX impõe-se a teoria de respeito à origem, mas como ressalta Heredia Herrera (1991, p. 265), nem sempre acompanhada da prática.

M. Antal Szedö (1964, p. 57-67) apresentou na revista *Archivum* o resultado de uma pesquisa sobre os métodos de classificação de arquivos utilizados por instituições arquivísticas e organizações em vários países. As indagações foram feitas a partir de duas questões básicas: quais eram os métodos aplicados desde 1800 pelas autoridades e pelas administrações para a elaboração, a conservação e a classificação de seus documentos; em que medida os arquivos e as direções gerais de arquivos influenciavam a elaboração e a aplicação desses métodos de trabalho. Seguindo uma tendência dominante à época de intervenções diferenciadas nos *records* e nos *archives*, Szedö dividiu o trabalho em *a classificação dos documentos nos arquivos correntes e os princípios modernos de classificação adaptados aos fundos e arquivos*.

No caso da classificação dos documentos nos arquivos correntes, o autor constatou que o agrupamento mais comum era aquele feito pelo assunto e que internamente eles eram ordenados cronologicamente ou pela ordem alfabética dos nomes de pessoas ou de nomes geográficos. A classificação era, em geral, estruturada em um plano (em inglês: *file manual, scheme, guide to classification*; em alemão: *aktemplan*; em italiano: *titolario prestabilito*). Szedö afirmou não existir diferenças fundamentais entre os sistemas americano, francês e alemão de classificação e que o sistema decimal apresentava experiências desfavoráveis, pois, aplicado *strito sensu*, não era indicado para os arquivos por ser muito rígido e excessivamente teórico.

No caso da classificação nos arquivos permanentes, as respostas dos vários países que participaram da pesquisa indicaram, em geral, a classificação de acordo com o princípio da proveniência. Entretanto, alguns deles mencionaram que no século XIX era

comum o uso do método sistemático. Questionados se foi restabelecida a classificação orgânica desses arquivos, os países não responderam. Quanto à classificação interna dos fundos, eram adotados métodos cronológicos, segundo o tipo de documento, o alfabético pelos nomes de pessoas e localidades ou de acordo com os nomes dos correspondentes.

Durante o século XIX, surgiu, segundo Theodore Roosevelt Schellenberg (1980, p. 14) e Michel Duchein (1993, p. 20), inspetor-geral honorário dos Arquivos de França, um dos marcos principais da Arquivística no mundo. Tratava-se da publicação, em 1898, de **Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archiven**,¹ pelos arquivistas holandeses Samuel Muller, Johan Adriaan Feith e R. Fruin. Foram feitas traduções dessa obra para o alemão, em 1905, o francês, em 1910, o inglês, em 1940, e para o português em 1960.

O manual holandês elenca cem regras, que são, na verdade, orientações, princípios, conceitos, procedimentos e indicações sobre o arranjo e descrição dos documentos de arquivo. As regras foram divididas da seguinte forma: origem e composição dos arquivos; arranjo dos documentos de arquivo; descrição dos documentos do arquivo; estrutura do inventário; normas adicionais para a descrição do arquivo; sobre o uso convencional de certos termos e sinais. O seu pioneirismo, reconhecido internacionalmente pela literatura arquivística, não pode encobrir as limitações históricas e teóricas do manual. Os autores holandeses formularam ou sistematizaram regras fundamentados, principalmente, nas características dos registros documentais e das estruturas administrativas de sua época. Não há, por exemplo, regras sobre a avaliação dos documentos. Como nos diz Cook (1996, p. 3), o manual, que Schellenberg chamou de uma Bíblia para os arquivistas modernos, “é muito importante, porque é nessa obra que, pela primeira vez, codifica-se a teoria arquivística européia e enuncia-se uma metodologia para o tratamento de arquivos, que tem exercido uma grande influência em nossa teoria e em nossa prática coletivas”.

¹Traduzido para o português por Manoel Adolpho Wanderley, sob o título **Manual de arranjo e descrição de arquivos**, editado pelo Arquivo Nacional, em uma primeira edição, em 1960.

Apesar de tratar-se de uma obra datada e marcada pela prática dos autores nos arquivos permanentes de documentos públicos produzidos até 1813, ela revela uma interessante simbiose entre o estabelecimento de princípios teóricos e regras práticas de classificação interna dos fundos. Observa-se, por um lado, a preocupação dos autores em privilegiar o princípio da ordem original como base da organização dos fundos e, por outro, a tempestividade de muitos dos princípios e regras apresentados acima. Contribuições à teorização da classificação em arquivos, desse nível, somente aparecerão após a Segunda Guerra Mundial, principalmente com Schellenberg, nos Estados Unidos.

Terry Cook (1996, p. 5) esclarece que duas situações marcaram a história das idéias arquivísticas européias até 1930: os princípios arquivísticos originavam-se fundamentalmente da busca de soluções de problemas relativos à organização e descrição de documentos muito antigos (Jenkinson, por exemplo, teve seu trabalho centrado, basicamente, nos documentos medievais); e esses princípios refletiam, em grande medida, a época e lugar dos autores e o tipo de documentos trabalhados. Essas observações do autor canadense se referem aos arquivistas holandeses (Muller, Feith e Fruin) do *Manual de Arranjo e Descrição*, ao italiano Eugenio Casanova e, principalmente, ao inglês Hilary Jenkinson. Este último, inclusive, exigia que se mantivesse de maneira absoluta a ordem original dos documentos recebidos das administrações, sem nenhuma intervenção de avaliação ou classificação.

Partindo de uma realidade completamente diferente da vivenciada pelos autores holandeses, por Casanova e por Jenkinson, os americanos, principalmente Theodore Schellenberg, buscaram soluções para a gestão de massas cada vez maiores de documentos. É evidente que os trabalhos desenvolvidos nos Estados Unidos iriam possibilitar a constituição de uma nova vertente dentro do pensamento arquivístico. Não podemos falar de ruptura, mas de um outro conjunto de preocupações.

Na perspectiva americana, Schellenberg (1980, p. 33-53) identificou três estágios para o arranjo dos documentos. O primeiro foi caracterizado pela classificação dos documentos semelhante à realizada na classificação dos livros de uma biblioteca. Dessa forma, o princípio da proveniência não era considerado na elaboração dos esquemas de

classificação. O arquivista americano identificou três métodos nesse primeiro estágio: o baseado em tópicos (assuntos); o cronológico-geográfico de ordenação; e o que tinha como base o agrupamento por atividade do tipo documentário.

O segundo estágio passou a considerar o princípio da proveniência como o preceito orientador da ordenação. Nesse estágio, o princípio foi aplicado não só aos documentos públicos, mas, também, às coleções de manuscritos².

E o terceiro estágio que foi o da extensão do princípio da proveniência. Nesse momento, o princípio se relacionava a dois instantes: arranjo dos documentos segundo sua origem numa entidade orgânica; e de acordo com a origem numa atividade orgânica.

É importante ressaltar que Schellenberg fazia uma distinção entre as operações nos arquivos correntes e permanentes. Essa diferenciação originou dois termos: classificação e arranjo. Isso era necessário, segundo o autor, porque os usos dados aos documentos nessas duas idades não podem ser considerados os mesmos. Então, o arquivista deveria adotar procedimentos específicos. Os seus dois principais livros *Arquivos modernos. Princípios e técnicas* (1973) e *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição* (1980) descreveram os procedimentos técnicos para implementação da classificação nos arquivos correntes e permanentes.

Schellenberg ocupa, com certeza, um lugar privilegiado na tentativa de estabelecer princípios norteadores para elaboração de esquemas de classificação de documentos correntes. Ele percebeu também que a proximidade com a Biblioteconomia poderia provocar a “importação” de métodos estranhos às características e às especificidades do objeto da Arquivística. Dessa forma, ele fez um esforço para marcar a diferença entre o arranjo dos documentos arquivísticos e a classificação utilizada nas bibliotecas.

Outro autor que trabalha com essa distinção é o italiano Elio Lodolini. Ele deixa bem claro a diferença entre os problemas de classificação nos arquivos correntes

² Schellenberg (1980, p. 75) entende que os “os papéis de origem pública recebem, de ordinário, o nome de arquivo, ao passo que os de origem privada, o de manuscritos”.

(*registratura* corrente) e nos arquivos históricos (permanentes). (LODOLINI, 1993, p. 115). A forma pela qual os documentos são dispostos nos órgãos produtores, isto é, nos arquivos correntes é um problema de organização do órgão produtor, o arquivista deve conhecer a fundo esse trabalho, mas é um tema definido como pré-arquivístico, próprio do *records management*. O problema fundamental da Arquivística é, pelo contrário, outro: o de ordenar os documentos que formam os arquivos históricos, para conservar permanentemente e facilitar o acesso.

No Canadá, Héon (1999, p. 241) esclarece que era consenso entre os arquivistas preservar a organicidade e a unidade dos fundos de arquivos, mas a classificação interna dos fundos tinha como modelos os períodos cronológicos e os assuntos ou matérias. Esses modelos foram progressivamente dando lugar aqueles baseados nas estruturas administrativas e, mais recentemente, naqueles fundamentados nas funções e nas atividades dos criadores dos fundos de arquivos. É forte, inclusive, a influência da gestão de documentos americana na imposição desse último modelo nos arquivos canadenses, principalmente pela grande instabilidade da classificação por estruturas administrativas.

O autor canadense abre uma interessante discussão terminológica. Uma das principais dificuldades que os arquivistas encontram não é a multiplicidade de termos utilizados para designar os níveis de classificação, mas a falta de consenso sobre o significado desses termos. As palavras categoria, classe, divisão e subdivisão por um lado, e série, subsérie, sub-subsérie e dossiê, de outro, dizem respeito, muitas vezes, a realidades diferentes. As primeiras são aplicáveis ao tratamento dos arquivos correntes, as segundas, aquele dos arquivos permanentes.

A classificação seguindo o princípio da proveniência é dividida por Heredia Herrera (1991, p. 267-270) em dois níveis: o primeiro é identificado pela estrutura ou funcionamento da instituição e corresponde às seções e subseções; o segundo nível equivale às séries documentais, isto é, aos testemunhos de atividades derivadas daquela estrutura. Esse entendimento vai de encontro com a definição de classificação que a autora espanhola trabalha, isto é, o agrupamento hierárquico das séries documentais relacionadas aos órgãos ou funções desenvolvidas por uma instituição ao longo de sua gestão.

Nessa mesma linha, temos no Brasil, os trabalhos de Heloísa Bellotto, que considera o modelo orgânico estrutural o princípio norteador da fixação de fundos de arquivos. Para Bellotto (2004, p. 147), os documentos do primeiro nível da estrutura hierárquica de uma entidade constituirão o fundo e os títulos desses conjuntos corresponderão aos das unidades administrativas. O arranjo interno ainda será determinado pela estrutura organizacional e, em seguida, pela tipologia documental, que é a configuração assumida pela espécie documental de acordo com a atividade que a gerou.

Em 1985, o canadense Michel Roberge lançou a proposta de uma classificação universal de documentos administrativos. Por documento administrativo o autor entende aquele que a organização tem necessidade para cumprir seu mandato e suas funções. Ele pode ser acumulado pela gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais (atividades-meio) ou pela gestão das atividades específicas ao mandato e às funções (atividades-fim) de cada instituição. (ROBERGE, 1992, p. 28).

A classificação universal dos documentos administrativos é fundamentada por dois princípios: a anterioridade da identificação geral sobre a identificação detalhada, isto é, o geral para o específico; a hierarquia das divisões em sete níveis. Segundo Roberge, a sua classificação foi desenvolvida em respeito aos princípios enunciados por Zygmunt Dobrowolski, teórico das técnicas documentárias, e a validade da estrutura foi verificada por meio dos critérios por ele propostos em seu *Étude sur la construction des systèmes de classification*.

A proposta de Roberge é bastante ousada. A sua aplicação, entretanto, só é possível se houver uma semelhança entre as tradições administrativas dos vários países, ou seja, uma maneira de executar atividades que permita a produção das mesmas tipologias documentais. Fato que, empiricamente, podemos afirmar que não acontece.

Martín-Pozuelo Campillos (1995, p. 94-97), em um artigo muito interessante, discute as dificuldades para a concepção de uma classificação universal em Arquivística. E os obstáculos, para a autora, residem na própria teoria arquivística, fundamentalmente no princípio da proveniência. Princípio do qual se originam a conceitualização de três elementos fundamentais e que representam o triplo empecilho no estabelecimento de um

sistema universal de classificação. Os três elementos são os seguintes: o conceito de documento de arquivo; o conceito de arquivo; o conceito de classificação arquivística.

Longe de defender um sistema de classificação universal, Lopes (2000) demonstra a possibilidade de elaboração de modelos mais gerais de classificação a partir do estudo de famílias de instituições. O autor acredita na possibilidade de se ter soluções padronizadas para certas atividades-meio comuns à organização: gestão dos recursos humanos, gestão dos recursos materiais, gestão dos recursos financeiros e orçamentários, dentre outras. Essas atividades geram, segundo o autor, informações registradas que podem ser agrupadas em séries, subséries e dossiês. Entretanto, as tentativas de padronização param no estabelecimento de séries, pois as subséries e os dossiês são mais específicos e podem ter características singulares. (LOPES, 2000, p. 308).

Nessa mesma linha, Oliveira (2001) propõe um quadro de classificação funcional de fundos para municípios brasileiros. A autora parte do princípio que há uma persistência das funções municipais e, conseqüentemente, da produção das mesmas séries documentais: “nada mais semelhante a um Arquivo Municipal que outro Arquivo Municipal”.

Por uma definição do Conceito de Classificação

A colocação desse item “Por uma definição do Conceito de Classificação” no final do texto não foi fortuita. Traz embutida uma concepção de construção do conhecimento. Essa concepção leva em consideração, inicialmente, o fato de que o entendimento de um conceito não se dá por sua definição, mas sim pelo reconhecimento de suas características (predicados), de sua trajetória, da forma que ele foi pensado e operado no transcurso de uma área do conhecimento humano. Agora, sim, depois de tudo que foi falado, podemos discutir a definição de classificação de documentos arquivísticos em todas as suas nuances.

Dahlberg (1978, p. 106) esclarece que há muitos entendimentos sobre o que seja definição de um conceito. Para alguns, trata-se da explanação do sentido de uma palavra. Para outros, a simples descrição de um objeto. Existe, também, a tendência de

restringir o conceito de definição aos processos contidos nos sistemas axiomáticos da matemática e da lógica. Entretanto, independente das diversas opiniões, há certo consenso em compreender as definições como “pressupostos indispensáveis na argumentação e nas comunicações verbais e que constituem elementos necessários na construção de sistemas científicos”. A função da definição é, portanto, a de “estabelecer uma ‘equação de sentido’, sendo que, de um lado (à esquerda) encontramos aquilo que deve ser definido (o *definiendum*) e de outro (à direita) aquilo pelo qual alguma coisa é definida (o *definiens*)”. A definição é, na verdade, uma limitação, isto é, a fixação de limites de um conceito ou idéia. Dessa forma, definição é a delimitação ou fixação do conteúdo de um conceito. Entendendo conteúdo do conceito como o conjunto de características ou atributos.

É a partir dessa compreensão que se buscou na literatura arquivística a definição do conceito de classificação. A ausência de trabalhos teóricos sobre o tema reflete, em certa medida, nas definições encontradas. O reconhecimento da importância da função classificação não garantiu um aprofundamento e um cuidado maior com a questão.

Analisando as 27 definições selecionadas, entendemos que algumas considerações precisam ser feitas. De certa forma, elas representam o pensamento das principais escolas arquivísticas existentes no mundo. Apesar das diferenças culturais, ideológicas e das tradições, encontramos pontos de conversão e consensos entre elas.

A primeira questão é que a classificação, que a Lógica define como a distribuição de indivíduos em grupos distintos, de acordo com caracteres comuns e caracteres diferenciadores (LIARD, 1979, p. 22), aparece na literatura arquivística cindida em dois conceitos: classificação e arranjo.

Schellenberg (1973, p. 207) defendia essa separação. Para ele “os princípios que se aplicam ao arranjo de documentos públicos num arquivo de custódia devem ser distintos dos princípios (...) (que) se aplicam ao arranjo dos mesmos nas próprias repartições”. O uso dos documentos nas duas idades (corrente e permanente) justificaria essa diferenciação.

Gonçalves (1998, p. 11) diz que, no meio arquivístico brasileiro, essa distinção foi consagrada. Dessa forma, a classificação “corresponderia às operações

técnicas destinadas a organizar a documentação de caráter corrente, a partir da análise das funções e atividades do organismo produtor de arquivos”. Enquanto o arranjo “englobaria as operações técnicas destinadas a organizar a documentação de caráter permanente”. Entretanto, a autora reconhece que nos dois casos o procedimento é o mesmo, isto é, o de “definir grandes classes abstratas que correspondam, de forma coerente e articulada, às funções e atividades do organismo em questão, no período recoberto pela documentação a ser organizada”. Em seguida, Gonçalves faz o seguinte questionamento: “(...) pode-se considerar o trabalho técnico a ser realizado substancialmente diverso, a ponto de merecer outra denominação?”

Bellotto (2004, p. 135), abordando esse tema, esclarece que na terminologia arquivística brasileira tornou-se comum a utilização do termo arranjo, traduzido do inglês *arrangement*. Mas o receio de que se entendesse arranjo e classificação como operações distintas levou os estudiosos brasileiros de terminologia a considerarem o termo classificação aplicável tanto aos arquivos correntes quanto aos permanentes.

O uso de dois conceitos aparentemente distintos para definir a mesma operação se deu por conta da separação, com repercussões teóricas e profissionais, existente entre os arquivos correntes (aqueles mantidos nos setores de trabalho da organização) e os arquivos permanentes (mantidos indefinidamente pelo conteúdo acerca da trajetória do sujeito acumulador e de suas relações sociais), que gerou, inclusive, duas profissões distintas: gestores de documentos (arquivos correntes) e arquivistas (arquivos permanentes)³.

Uma segunda questão, também de aspecto terminológico, é a falta de clareza na utilização de três conceitos envolvidos no processo de organização dos documentos arquivísticos: classificação; ordenação e arquivamento. Os dois primeiros referem-se ao aspecto intelectual e o último ao aspecto físico. Na literatura arquivística é comum a confusão principalmente entre os dois primeiros conceitos. Esteban Navarro (1995, p. 74) chama atenção para o que ele chamou de falta de normalização terminológica, que gera

³ Esta distinção tem sido discutida por estudiosos canadenses e americanos, que propuseram recentemente o conceito de Arquivística Integrada.

certo grau de ambigüidade. Dessa forma, em alguns idiomas um único termo engloba as duas operações (classificação e ordenação): *ordinamento* em italiano, *classement* em Francês e *arrangement* em inglês. O autor espanhol esclarece que a origem dessa confusão se encontra na não distinção da interrelação entre classificação, ordenação e instalação (arquivamento) como a soma de três operações diferenciadas, correlativas e seqüenciais. A instalação consiste na colocação dos documentos nas unidades de acondicionamento mais adequadas para cada tipo de suporte e a identificação de seu lugar no depósito, reproduzindo fisicamente o resultado da ação intelectual de classificar.

Heredia Herrera (1991, p. 108-109) entende que os documentos devem ser conservados de maneira a facilitar a localização e para isso é necessário que eles estejam devidamente classificados e dentro de sua classe convenientemente ordenados. Para a autora espanhola, a classificação está relacionada à idéia de dividir, separar e a ordenação a de unir. Portanto, classificar é separar ou dividir um conjunto de elementos estabelecendo classes ou grupos e ordenar é unir todos os elementos de cada grupo estabelecendo uma unidade-ordem, que pode ser a data, o alfabeto, o tamanho ou o número. Além de ser uma atividade que precede a ordenação, a classificação é aplicável à totalidade de um fundo ou as seções desse fundo, mas a ordenação realiza-se sobre os documentos de cada série e dentro das unidades de instalação.

Os canadenses utilizam *classification* para identificar toda operação que visa circunscrever os fundos de arquivos e cada uma de suas partes e *classement* para as operações materiais de arranjo dos documentos. Enquanto os franceses usam *classification* para a definição do grau de sigilo dos documentos e *classement* como sinônimo do *classification* canadense.

Para Gonçalves (1998, p. 12), “o procedimento técnico de classificação alcança, portanto, os tipos documentais (identifica-os e articula-os entre si), mas considera sobretudo a forma e as razões que determinaram sua existência (como e por quê foram produzidos)”. Enquanto a ordenação “aborda os tipos documentais especialmente do ponto de vista das consultas que lhes forem feitas”. Cabendo a ordenação a melhor forma de dispor fisicamente os tipos documentais. Busca-se com a ordenação uma maneira mais

fácil de manipular os documentos dentro de uma classe, grupo ou qualquer outra subdivisão do esquema de classificação.

Couture e Rousseau (1982, p. 232) observam que no domínio dos arquivos, a ação de arranjar consiste na realização de três grandes operações. Uma, que é puramente intelectual e se relaciona à seleção de um quadro de divisão para os arquivos de um país, de uma coletividade, de uma instituição, de uma empresa etc., que comporta um aspecto substancial e um aspecto formal. Outra, que é, ao mesmo tempo, intelectual e material. A ordenação dos documentos e dossiês de uma massa limitada de arquivos (um fundo de arquivo). E, a última, que é uma operação puramente material, a redação dos códigos em função das primeiras operações e o arranjo efetivo dos documentos e dossiês.

Martín-Pozuelos Campillos (1995, p. 92-93) percebe a ordenação como um conjunto incluído em um outro que é a classificação e como complemento imprescindível daquele. Dessa forma, essas duas operações (classificação e ordenação) são intimamente relacionadas, uma sem a outra não teria sentido ou, ao menos, todo o sentido necessário para o desenvolvimento claro da função organização, entendida como a intenção de dar uma ordem na forma e no conteúdo do conjunto de informação contida no arquivo e a realização material posterior de tal ordem.

Lopes (2000, p. 304) participa dessa discussão chamando a atenção para não se confundir a noção de classificação intelectual com a de ordenação física. “A primeira trata-se de uma operação mental, que resulta em pós-documentos (plano de classificação) sobre os acervos que estão sendo organizados”. A ordenação é a disposição dos conjuntos documentais hierarquizados em fundos e suas subdivisões.

Uma terceira questão que surge analisando as definições apresentadas anteriormente é a da estrutura da classificação de documentos arquivísticos. A árvore, isto é, a estrutura hierárquica e lógica que parte do geral para o particular parece ser consenso entre os autores. O todo (o arquivo) é dividido em partes (classes ou grupos). A hierarquia é, na verdade, o reflexo da estrutura, das funções e das atividades da entidade.

A classificação aparece assim, nas várias definições, como uma atividade intelectual do arquivista. Com as informações obtidas sobre o sujeito acumulador de

documentos (a entidade), ele constrói uma representação ideológica, que revela o sentido e o conteúdo das relações entre os documentos. A representação, entretanto, é limitada pela gênese dos documentos, ou seja, pela maneira que eles surgem, como resultado de uma missão institucional.

Considerações finais

As reflexões sobre a classificação de documentos arquivísticos na literatura apresentam alguns aspectos comuns. O primeiro deles é que essa operação intelectual não agregou em suas concepções e nos seus fundamentos as contribuições da classificação vindas da Filosofia e, posteriormente, da Teoria da Classificação. A teoria do conceito, que estabelece as várias relações possíveis entre os conceitos, é desconhecida pela teoria arquivística. Os requisitos e os princípios desenvolvidos nessas áreas quando aparecem é de forma muito tímida. Observou-se, apenas, nos trabalhos de Schellenberg alguma influência desses conhecimentos no processo classificatório em Arquivística.

Isso demonstra, de certa forma, a falta de comunicação da Arquivística com outras áreas do conhecimento, que podem contribuir para o desenvolvimento de um arcabouço teórico-metodológico próprio da disciplina, levando em consideração as especificidades do objeto de estudo. Esteban Navarro (1995, p. 67), analisando a relação da Arquivística com as outras áreas da documentação (Biblioteconomia e Documentação), percebe que essa ausência de diálogo ocorre, também, pela falta de interesse das outras disciplinas em conhecer e compreender as peculiaridades do trabalho realizado nos arquivos.

Esteban Navarro propõe, de uma maneira pioneira, a articulação da gestão documental dentro da área da representação e organização do conhecimento. Não estamos defendendo a “importação” sem critérios de conhecimentos de outras disciplinas, mas, no caso específico da classificação, a construção de um saber interdisciplinar que confira ao processo classificatório um fundamento teórico-metodológico. Acreditamos na possibilidade de construção de esquemas de classificação baseados nos princípios próprios da área e de seu objeto de estudo e nos conceitos e requisitos da classificação

desenvolvidos pela Filosofia, pela Teoria da Classificação e, recentemente, pela Teoria do Conceito. O processo classificatório em Arquivística resente dessa ausência e a prática é testemunha desse fato.

As discussões estão limitadas ao entendimento que se tem do objeto de estudo. Numa operação tão complexa e tão fundamental para todo o que-fazer arquivístico, a área instrumentaliza-se somente com o escasso ferramental teórico disponível, isto é, o princípio de respeito aos fundos e da ordem original. Isso parece pouco para esse exercício.

O princípio de respeito aos fundos e de respeito à ordem original, elaborados no século XIX, mesmo com todo consenso existente em torno deles, só foram se consolidar em meados do século XX. Esse fato ocorreu não só na Europa, mas também nos países da América do Norte (Estados Unidos e Canadá). A aplicação dos dois princípios não é concomitante em alguns lugares como a França, onde havia restrições ao uso do princípio da ordem primitiva. Em outros, o princípio de respeito aos fundos precedeu, por um longo tempo, o princípio da ordem original. Então, temos os fundos organizados pela origem e a ordem interna definida por critérios artificiais, ou seja, temáticos, cronológicos etc. Além disso, o princípio da ordem original nem sempre foi entendido da mesma forma. Há leituras mais rígidas como as de Jenkinson e outras que defendem uma intervenção mais direta do arquivista.

A elaboração desses dois princípios marca, sem dúvida nenhuma, uma mudança significativa nos fundamentos e nas práticas de classificação de documentos arquivísticos. Podemos dizer que tem início a passagem da classificação com bases intuitivas para uma outra sedimentada no caráter e nas especificidades do objeto. Em comparação com as práticas anteriores, que se ancoravam em aspectos não representativos dos documentos arquivísticos, percebemos um grande avanço. O caminho, entretanto, é um pouco mais longo. As lacunas ainda existem.

Observou-se, ainda, a distinção feita na literatura e no pensamento arquivístico entre a classificação nos arquivos correntes e permanentes. Nesse caso, Schellenberg tem uma participação direta, principalmente pela influência do autor em vários países. Outros autores, como o italiano Lodolini, têm essa mesma compreensão. A

tarefa nos arquivos correntes é da responsabilidade do *records management*, pensavam aqueles profissionais.

A ausência dos princípios e conceitos arquivísticos na fase corrente permitiu o aparecimento de classificações, muitas das vezes, estranhas ao próprio objeto ou assentadas em aspectos artificiais do mesmo. Entendo que essa situação explica, em parte, a utilização de métodos biblioteconômicos na classificação de documentos arquivísticos. Entretanto, no Brasil e no Canadá surgiram algumas vozes destoantes, que perceberam a classificação como uma função a ser desenvolvida por um método que independe da fase ou idade dos documentos ou dos seus vários usos. A natureza da gênese documental é muito semelhante ou tem poucas variações mesmo entre diferentes sujeitos criadores de documentos (organizações públicas ou privadas, pessoas físicas).

Portanto, defendemos, neste trabalho, o uso do conceito de classificação para representar a atividade intelectual de construção de instrumentos para organização dos documentos, independente da idade à qual eles pertençam. A confusão terminológica entre os dois termos (arranjo e classificação) não parece salutar ao desenvolvimento da Arquivística, pois expõe uma quebra entre arquivos correntes e permanentes, que no nosso entendimento não existe. Trata-se apenas de fases de um mesmo processo. É evidente que o tipo de uso que se faz dos conjuntos documentais altera-se com as idades, ou melhor, novos usos vão sendo agregados, mas essa é uma questão a ser resolvida por uma outra função arquivística: a descrição.

Os fundamentos teóricos da classificação, encontrados na Filosofia e na Teoria da Classificação, indicam a necessidade do estabelecimento de princípios de classificação para as divisões de um conjunto (de idéias ou de objetos). Podem ser utilizados quantos princípios de classificação forem necessários. Entretanto, deve-se usá-los um de cada vez. Por exemplo, se o primeiro nível de divisão de um conjunto documental (fundo) é a função, esse conjunto terá, independente da denominação, unidades de classificação agrupadas a partir da função. Não se deve misturar em um único nível, unidades baseadas em princípios diferentes, pois, dessa forma, abriria a possibilidade de ter mais de um local para classificar o mesmo documento. Isso destrói os objetivos da

classificação. Nos modelos fornecidos acima pelos autores, percebe-se em determinados casos essa situação, ou seja, níveis constituídos a partir de mais de um princípio de divisão.

Há experiências práticas interessantes acontecendo em várias partes do mundo em matéria de classificação, inclusive no Brasil. Mas a reflexão sobre essas práticas não resultou ainda no preenchimento de várias lacunas existentes no processo classificatório em Arquivística. Onde a Teoria da Classificação entra nesse processo? Quais são as especificidades do objeto a classificar (o documento arquivístico)? Como coletar as informações necessárias para a elaboração de planos de classificação? Como analisar essas informações? Quais são os princípios que devem ser utilizados nas divisões internas de um fundo arquivístico? Quais são os níveis de classificação de um fundo?

Entendemos que esses questionamentos podem ser respondidos por meio de uma investigação compreendendo, inicialmente, as contribuições da Filosofia e da Teoria da Classificação para o estabelecimento de uma fundamentação teórica da classificação em arquivos, a caracterização do objeto a classificar (o documento arquivístico na sua relação orgânica), os princípios arquivísticos consagrados internacionalmente envolvidos no processo classificatório e, por fim, os procedimentos metodológicos para a definição dos níveis e das unidades em um plano de classificação.

As classificações de documentos arquivísticos ocupam um espaço dentro do saber intuitivo e instrumental. Mas, como alerta Campos (1994, p. 194), “não existe instrumentalização que não seja sustentada por bases teóricas e ou metodológicas”.

O conceito de classificação na Arquivística está moldado e fundamentado em aspectos artificiais do artefato e envolvido em uma cama procrustiana. Trabalha-se com classificação esvaziando-a do caráter hipotético desse tipo de construção intelectual, dos elementos de representação que ela encerra e da relação dos conceitos, que forma a base do processo classificatório.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Maria Luiza Almeida. **Em busca de princípios comuns na área de representação da informação**: uma comparação entre o método de classificação facetada, o método de tesouro-baseado-em-conceito e a teoria geral da terminologia. 1994. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.
- CARUCCI, Paola. Génesis del documento: redacción, clasificación y valor jurídico. In: **Documento y archivo de gestión**. Diplomática de ahora mismo. Carmona : Universidad Internacional Menéndez Pelayo, 1994.
- COOK, Terry. **Interacción entre la teoría y la práctica archivísticas desde la publicación del manual holandés en 1898**. Trabalho apresentado no XIII Congresso Internacional de Arquivos, Pequim, 1996.
- COUTURE, Carol, ROUSSEAU, Jean-Yves. **Lês archives au XX siècle**. Une réponse aux besoins de l'administration et de la recherche. Montreal : Universidade de Montreal, 1982.
- DAHLBERG, Ingetraut. Fundamentos teórico-conceituais da classificação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**. Brasília, v. 6, n. 1, p. 9-21, 1978.
- . Teoria da Classificação, ontem e hoje. Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica. **Anais**. Rio de Janeiro : IBICT, 1979. p. 352-370.
- DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, abr. 1986.
- DURANTI, Luciana. **Ciência Arquivística**. Córdoba : [s.n.], 1995.
- . **Diplomatica**. Usos nuevos para una antigua ciencia. Córdoba : [s.n.], 1995.
- ESTEBAN NAVARRO, Miguel Angel. La representación y la organización del conocimiento en los archivos: los lenguajes documentales ante los procesos de clasificación, ordenación y descripción. In: MARCO, Francisco Javier García (ed.). **Organización del conocimiento em sistemas de información y documentación**. Zaragoza : Librería General, 1995. p. 65-90.
- GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo : Arquivo do Estado, 1998.
- HÉON, Gilles. La classification. In: COUTURE, Carol. **Les fonctions de L'Archivistique contemporaine**. Québec : Presses de L'Université du Québec, 1999. p. 219-254.
- HEREDIA HERERRA, Antonia. **Archivistica general**. Teoria y practica. Sevilla : Diputación de Sevilla, 1991.
- JARDIM, José Maria, FONSECA, Maria Odila. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **Cadernos Bad**, Lisboa, v. 2, p. 24-45, 1992.
- LIARD, L. **Lógica**. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1979.
- LODOLINI, Elio. **Archivistica**. Principios y problemas. Madrid : Anabad, 1993.
- LOPES, Luis Carlos. **A gestão da informação**: as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Rio de Janeiro : Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.
- . **A informação e os arquivos**. Teorias e práticas. Niterói : Eduff, 1996.
- . **A nova Arquivística na modernização administrativa**. Rio de Janeiro : [s.n.], 2000.
- MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, Maria Paz. Dificultades para la concepción de una clasificación universal em Archivistica. In: MARCO, Francisco Javier García (ed.).

- Organización del conocimiento em sistemas de información y documentación.** Zaragoza : Librería General, 1995. p. 91-98.
- OLIVEIRA, Daise Aparecida. **Como aplicar o método funcional na organização de arquivos municipais.** São Paulo : Arquivo do Estado, 2001.
- ROBERGE, Michel. **La classification universelle des documents administratifs.** Québec : Documentor, 1985.
- . **La gestion de l'information administrative.** Application globale, systémique et systématique. Quebec : Documentor, 1992.
- ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Lisboa : Dom Quixote, 1998.
- SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos.** Princípios e técnicas. Rio de Janeiro : FGV, 1973.
- . **Documentos públicos e privados:** arranjo e descrição. Rio de Janeiro : FGV, 1980.
- SILVA, Armando Malheiro *et al.* **Arquivística.** Teoria e prática de uma ciência da informação. Porto : Afrontamento, 1999.
- SZEDÖ, M. Antal. Les méthodes modernes de classement d'archives. **Archivum**, Paris, v. 14, p. 57-67, 1964.